



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Moção Nº 85/2023

Processo Número: **13641/2023** | Data do Protocolo: 17/05/2023 13:41:43

Autoria: **Sebastião Santos**

Assinaturas Indicadas:

Ementa: **Apoia a Proposta de Emenda à Constituição n.º 13, de 2019, em trâmite na Câmara dos Deputados, que altera o artigo 156 da Constituição Federal, para estabelecer critérios ambientais para a cobrança do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e desonerar a parcela do imóvel com vegetação nativa.**





Moção

Pela presente, venho aclamar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que se manifeste em MOÇÃO DE APOIO à Proposta de Emenda à Constituição n.º 13, de 2019, em trâmite na Câmara dos Deputados, que altera o artigo 156 da Constituição Federal, para estabelecer critérios ambientais para a cobrança do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e desonerar a parcela do imóvel com vegetação nativa.

A referida propositura tem por finalidade, o incentivo ao chamado IPTU verde ou ecológico, através da concessão de redução de impostos (IPTU), em critérios baseados na responsabilidade ambiental.

Atualmente a PEC foi remetida para apreciação da Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada com emendas pelo Senado Federal.

Diversos municípios já possuem legislação que concede desconto de IPTU aos contribuintes que adotam medidas ambientais adequadas, como a utilização de energia solar, reuso de água e preservação da permeabilidade. Sendo assim, a PEC além de estabelecer regras e segurança jurídica, promove grande estímulo à população de nosso estado, os incentivando e dando condições para substituição da energia elétrica por solar e demais ações que proporcione maior economia e menos impacto ambiental.

Ante o exposto, formulamos a seguinte Moção:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APOIA a Proposta de Emenda à Constituição n.º 13, de 2019, em trâmite na Câmara dos Deputados, que altera o artigo 156 da Constituição Federal, para estabelecer critérios ambientais para a cobrança do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e desonerar a parcela do imóvel com vegetação nativa, por incentivar a economia, redução do impacto ambiental, educação ambiental e promoção do uso racional e sustentável dos recursos naturais.

Requeremos, por fim, que cópia da presente Moção seja encaminhada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais parlamentares, na Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900.

Sebastião Santos - REPUBLICANOS



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 380036003700310031003A005000

Assinado eletronicamente por **Sebastião Santos** em 16/05/2023 19:16

Checksum: **81C689EFB404BAE554F01874754EF5D0F756C5CBA903CB9409A7D21FA15EC13D**

